

NARRATIVAS DE VIAGEM PELO OESTE PARANANSE: UMA LEITURA NOVO HISTORICISTA

TRAVEL NARRATIVES IN WESTERN PARANÁ: A NEW HISTORICIST READING

Renato Muchiuti Aranha¹

RESUMO

O presente artigo discute três narrativas de viagem que versam sobre o Oeste do Paraná e os grandes saltos localizados na região em diferentes momentos e contextos. A intenção desse trabalho é refletir acerca dos projetos e ideais que envolvem os textos selecionados por meio da análise das narrativas, conjuntamente ao contexto histórico em que foram produzidas, balizada por uma visão do Novo Historicismo.

Palavras-chave: Narrativa de viagem, Novo Historicismo, Representação, Paraná.

ABSTRACT

This text discusses three travel narratives written about Western Paraná and its falls within different historical periods. My goal in this article is to analyze these narratives within their particular historical contexts and ideals represented in each text through a New Historicist approach.

Keywords: Travel narrative, New Historicism, Representation, Paraná.

Introdução

As narrativas literárias comunicam ideias e ideais, seja em um romance ficcional ou uma crônica sobre um acontecimento mundano. Por meio da análise desses textos é possível construir sentidos através da argumentação do uso dos elementos presentes na narrativa. O trabalho a seguir é pensado por intermédio do Novo Historicismo para, discutindo com textos literários produzidos acerca de Foz do Iguaçu e da região Oeste

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC/Florianópolis (2013) e Mestre em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC/Florianópolis (2019). Doutorando em Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC/Florianópolis. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4308780661021503> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6646-0948> E-mail: remuchiuti@gmail.com.

em diferentes momentos, analisar as representações e projeções acerca da região Oeste do Paraná em paralelo com os sujeitos, projetos e contextos relacionados com as narrativas selecionadas, com um enfoque principal nas Cataratas do Iguaçu e Sete Quedas². O Novo Historicismo é entendido por mim como pontuado por Stephen Greenblatt em *Learning to curse* (1990), sendo uma linha teórica originada na Literatura, mas que cria aproximações e intersecções de várias áreas para a análise textual, como, por exemplo, a História, o Cinema, a Sociologia, entre outras. No entanto, apesar da análise discutir os elementos que envolvem a obra como o contexto de produção e a autoria, o foco continua sendo o texto e a narrativa, devendo o pesquisador apresentar evidências textuais para fortalecer o trabalho (Greenblatt, 2009, p. 14).

No decorrer do texto a seguir reflito sobre o processo de desenvolvimento regional, turistificação e diferentes visões para com o Oeste através da leitura de obras literárias. Dessa forma, o presente trabalho visa discutir textos de viagens produzidos entre o século XVI e a primeira metade do século XX focando na construção de um imaginário para a região, em especial das quedas, pensando em um processo de sentidos e usos possíveis para elas. Este olhar para a literatura oferece a possibilidade de leituras distintas da maior parte das discussões acerca do Oeste paranaense, ligadas à cidade de Foz do Iguaçu, e passa pelo grande impacto de Itaipu, por vezes sendo inclusive tutelada pela Binacional. Um desses exemplos é o trabalho de Ruy Wachowicz *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense* (1987), parte do projeto História da Área de Itaipu, “implementado a partir de 14 de agosto de 1979” (Souza, 2009, p. 28). Uma das questões que são abordadas por esses trabalhos ao discutir as visões de desenvolvimento regional, o processo de turistificação e construção de um olhar de potencial turismo das Cataratas do Iguaçu, sendo um processo que se inicia muito antes da construção de Itaipu.

O adelantado, o médico e o poeta

Um gênero literário comum e popular é a narrativa de viagem. Nesse subgênero narrativo se enquadram textos tanto temporalmente quanto espacialmente distantes,

² As Cataratas do Iguaçu atualmente posicionam Foz do Iguaçu como um dos maiores destinos turísticos do Brasil e as Sete Quedas da cidade de Guaíra formavam o conjunto de saltos de maior volume d’água do mundo até ser submersa pela formação do lago de Itaipu em 1983.

como a viagem de Marco Polo ao império de Genghis Khan no século XIV e a jornada do jovem Christopher McCandless contada por Jon Krakauer em *Na natureza selvagem* (1996), e que, no entanto, apresentam características bastante similares.

Casey Blanton (2002, p. XI)³⁴ aponta para essa manutenção de estilo, dizendo que “o livro de viagem moderno faz uso de incontáveis modelos do passado, aparentando não ter evoluído, ao menos não de maneira significativa para ser atribuída evolução e mudança no gênero textual”. Essa manutenção estilística é importante para a discussão desse artigo, pois propicia a análise e as comparações entre as narrativas por mim abordadas separadas por décadas e até séculos.

Os textos selecionados incluem o de um nobre espanhol de meados do século XV, de um militar e médico brasileiro no final do século XIX e de um poeta e funcionário público brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Todos os três publicaram seus escritos em vida, ainda que a função principal de nenhuma das três viagens tenha sido a de escrever tais relatos. Blanton (2002, p. XI)⁵ faz um apontamento acerca da narrativa de viagem, sendo uma peça chave na sua abordagem:

Uma vez que eu comprehendi que livros de viagem são veículos cujo propósito principal é nos apresentar o outro, e tipicamente eles dramatizam uma relação entre eles e o mundo, foi uma questão de focar nas várias formas como o autor-observador e o mundo estrangeiro reverberam dentro de cada trabalho”.

Essa percepção de Blanton (2002) de buscar nos textos as formas de se observar e representar o mundo por parte dos autores é um bom balizador para a pesquisa, alinhando-se com a proposta do novo historicismo apresentada anteriormente para se pensar a literatura e analisar as três narrativas selecionadas. A seguir discutirei cada uma individualmente, com um foco na região Oeste do Paraná.

O adelantado

A título de marco para a região se adota como primeiro europeu a escrever sobre as Cataratas do Iguaçu o espanhol Álvar Nuñes Cabeza de Vaca. Ele ganhou

³ “The modern travel book can and does avail itself of countless past models, seeming never to have evolved at all, in significant ways there can be claim for evolution and change within the genre”.

⁴ Todas as traduções foram feitas por mim.

⁵ “Once I understood, however, that travel books are vehicles whose main purpose is to introduce us to the other, and that typically they dramatized an engagement between self and world, it was a matter of focusing on the various ways the observing self and foreign world reverberate within each work”.

notoriedade internacional, para além de seu papel relacionado à coroa espanhola, pela publicação de seu diário como *Naufrágios & comentários* relatando os anos que passou na América do Norte e Caribe desde 1527 até 1537, parte do qual transitou entre os povos da região após naufragar, e sua jornada na América do Sul. Após passar dez anos na América, retornou à Europa e foi nomeado *adelantado*⁶ do vice-reino do Prata. Para tomar posse de seu novo cargo desembarcou na ilha de Santa Catarina e fez o caminho até chegar à foz do rio Iguaçu em 1542 em sua viagem até Asunción para assumir seu posto da coroa espanhola. O contato do espanhol com as Cataratas do Iguaçu e sua reação para com ela não é de um turista ao ver as quedas, como pode ser visto em seu relato:

Mas, ao irem rio Iguaçu abaixo, era tão forte a correnteza que as canoas corriam com muita fúria. Logo adiante do ponto onde haviam embarcado o rio dá saltos por uns penhascos enormes e a água golpeia a terra com tanta força que de muito longe se ouve o ruído. De modo que foi necessário sair da água, tirar as canoas e conduzidas por terra até passar aqueles saltos. (Cabeza de Vaca, 1999, p. 168)

Para Cabeza de Vaca (1999), as quedas das Cataratas do Iguaçu são somente um empecilho à descida pelo rio Iguaçu em seu caminho. Esta passagem acima é a única menção das quedas no livro e está longe de fazer uma descrição física ou de apresentar um sentimento de felicidade ou mesmo espanto para com a paisagem. Ainda assim, é bastante celebrada a presença de Cabeza de Vaca nas Cataratas, como primeiro europeu a chegar na região, tendo inclusive um dos saltos em sua homenagem. No lado brasileiro do marco das três fronteiras da divisa com Argentina e Paraguai, foi construído um espaço para Cabeza de Vaca, contando sua história e apontando sua importância para a cidade e região e chamando-o de “descobridor das cataratas”.

Esse discurso ressalta um participante do projeto colonial europeu ao invés de valorizar outras culturas, como a lenda das cataratas de origem Guarani e a presença desse povo na região, em nome de alguém que sequer descreveu as cataratas como algo a ser valorizado. A única visão de Cabeza de Vaca demonstrada em sua narrativa acerca das quedas é a de pensar nela como um atraso para sua viagem, nem sequer as

⁶ O título surgiu durante o período de expulsão dos árabes da península Ibérica. Segundo Barbara de Marco (2015, p. ?), “a pessoa no cargo era o representante imediato do rei em territórios avançados (adelante)” (Preface s/n) (“The person holding the office was the immediate representative of the king in forward (adelante) territories”).

descrevendo. Sua narrativa é fruto de um outro momento, um século XVI no qual o pensamento turístico não estava ainda instaurado na sociedade ocidental, tendo as quedas ganhado novos contornos com o decorrer dos anos. No entanto, um dos focos da narrativa da viagem de Cabeza de Vaca é a descrição da população Guarani da região. Se sua descrição das Cataratas do Iguaçu é apenas a de demonstrar um estorvo para sua jornada, o mesmo não vale para a descrição geográfica e populacional do seu caminho. Seu enfoque no rio discorre sobre o que ele proporciona em termos populacionais e de cultura, como, por exemplo, no trecho abaixo, descrevendo que encontrou

um rio muito largo e caudaloso que se chama Iguaçu? E um rio muito bom, de bastante pescado e muitas arvores na ribeira. Ali também existia um outro povoado de guaranis, que igualmente dispensaram o mesmo tratamento cordial. Naquele local também existem muitos pinheiros. Esse rio Iguaçu tão largo quanto o Guadalquivir e esta situado a vinte e cinco graus. E muito povoado em toda sua ribeira, estando ali a gente mais rica de todas essas terras (Cabeza de Vaca, 1999, p. 165).

Seu texto estava sendo escrito como diário pessoal e para posteriormente ser lido por espanhóis. Daí temos a comparação do rio Iguaçu com o rio Guadalquivir, localizado no sul da Espanha. Sua preocupação com a descrição dos povos da região que trataram cordialmente a ele e sua comitiva é seguida da descrição da fauna de caça e cultura alimentar destes povos e ressaltando as araucárias ao longo do rio, talvez pela sua possibilidade de uso pelos colonizadores. Sua atenção está voltada no texto para a empreitada colonial, inclusive na descrição dos Guarani como cordiais e descrevendo seu modo de vida, que pode também ser um pouco advindo da relação antropológica de um sujeito que passou anos em meio aos povos autóctones da América. Entretanto, as quedas não foram descritas como um recurso a ser utilizado, mas um entrave para a travessia, sem usos nesse processo colonialista. Pouco mais de trezentos anos depois de Cabeza de Vaca, o membro de uma expedição militar brasileira escreveria um relato de viagem com um novo olhar advindo de um outro contexto.

O médico

Se para Cabeza de Vaca a passagem pelas Cataratas do Iguaçu e sua região era apenas uma parte de sua jornada até Assunción, para o tenente e médico brasileiro José Cândido Muricy – e a expedição militar da qual fazia parte – o objetivo era chegar na

região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, localizada na foz do rio Iguaçu. Essa expedição foi realizada em 1892 e resultou na escrita de um diário de viagem, que foi publicado em 1896 sob o título de *A' Foz do Iguassú*, alcançando certo reconhecimento na capital Curitiba. Para Antonio Marcos Myskiw (2003, p. 6), “o estilo da narrativa é objetivo, próprio de um militar”, sendo seu propósito “construir uma narrativa de que o sertão oestino, pela sua riqueza, não merecia estar abandonado pelos ‘civilizados’ e entregue aos índios, paraguaios e argentinos”. Em parte, seguindo o estilo de Cabeza de Vaca, Muricy utiliza essa objetividade apontada por Myskew para valorizar as riquezas e possibilidades da região em termos de exploração da fauna e da madeira, tal qual do uso das terras. E novamente não há uma valorização das quedas dos rios Iguaçu e Paraná localizadas na região, se preocupando unicamente com dados geográficos descritivos para o desenvolvimento da colônia, sem assim ver as cataratas com potencialidade para tal empreitada.

Esse pensamento descritivo e focado em potencialidades futuras do texto de Muricy é parte de seu contexto. Para além de vislumbrar essas possibilidades de empreendimentos e usos para a região é necessário entender sua escrita como produto de um momento de disputa sobre tal território. Ao final da Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai) os limites traçados na região da tríplice fronteira não eram totalmente estabelecidos, sendo a principal disputa a chamada “Questão de Palmas”. Nessa disputa, a Argentina e o Brasil questionavam as regiões do Oeste do Paraná e de Santa Catarina com base no Tratado de Madrid assinado em 1750 que estabelecia as fronteiras entre as possessões americanas de Portugal e Espanha.

Após a Guerra da Tríplice Aliança, a questão voltou à tona e em setembro de 1889 foi assinado um tratado entre os dois países, estabelecendo que em caso de não chegarem a um acordo no prazo de noventa dias, o presidente dos Estados Unidos seria o responsável por arbitrar e decidir a questão. Após a deposição do imperador e signatário do acordo em 15 de novembro do mesmo ano, este acordo deixa de ter validade perante o novo governo da República Brasileira. Seu primeiro Ministro das Relações Exteriores Quintino Bocaiúva, juntamente com o seu equivalente argentino, construíram o Tratado de Montevidéu em 1891. Tal tratado estabelecia que o território seria dividido em duas partes entre Brasil e Argentina. Ao ser votado no congresso

brasileiro, no entanto, o tratado foi rejeitado por unanimidade e Bocaiúva foi destituído do cargo.

Somente em 1894 a questão foi resolvida, adotando a proposta de 1889. O então presidente dos Estados Unidos Stephen Gregor Cleveland arbitrou a questão em favor do Brasil, que traçou definitivamente as fronteiras com a Argentina. Como consequência da disputa essa região se tornou um ponto de interesse para Brasil e Argentina, assim como as Cataratas do Iguaçu. As quedas se encontravam isoladas dos três países vizinhos, estando a 319 quilômetros de Posadas (Argentina), 297 quilômetros de Encarnación (Paraguai) e 384 quilômetros de Guarapuava (Brasil), apontando o estado de distanciamento dessa região para com os países que a disputavam. Dessa forma, foi criada uma colônia militar brasileira em 1889, chamada Colônia Iguassu. Similarmente à criação da colônia militar no lado brasileiro a Argentina instaurou um projeto de manutenção da área anexada após a Guerra do Paraguai, criando a província de Missiones independente de Corrientes e estabelecendo que Posadas, estando a mais de 300 quilômetros da fronteira, seria o centro administrativo da região por ser a cidade mais próxima.

Após o estabelecimento da colônia militar, o Brasil passou a enviar com mais frequência missões governamentais com o objetivo de fortalecer a figura do Estado na região. Dentro desse contexto de disputa territorial, Muricy começa sua narrativa traçando uma descrição da função da jornada que foi ir de Guarapuava até a colônia militar na foz do rio Iguaçu. Tal missão feita pelo militar aparece em sua narrativa como “forçado pelas exigências do serviço da Comissão Estratégica no Paraná, da qual fazíamos parte, a emprehender a penosíssima viagem à colônia militar da Foz do Iguassú, através de asperíssimo sertão” (Muricy, 1896, p. 3).

Após essa pequena contextualização da obra, iniciarei a análise do texto de Muricy. Ele deixa claro no primeiro parágrafo da narrativa ao afirmar que:

[f]orçado pela exigência da Comissão Estratégica no Paraná, da qual fazíamos parte, a empreender a penosíssima viagem à colônia militar da Foz do Iguassú, através de asperíssimo sertão, o maior e o mais bruto do nosso Estado, tivemos a felicidade de fazer algumas observações (Muricy, 1896, p. 3).

Nesse trecho introdutório, Muricy estabelece que não foi uma viagem de cunho pessoal, e apresenta dois conceitos, o da dificuldade da jornada e um objetivo

“civilizatório” do sertão paranaense, de forma que podemos comparar com a expedição de Cabeza de Vaca rumo a Assunción anos antes. O que difere em maior grau os dois na passagem pela região da foz do rio Iguaçu é que enquanto o espanhol não faz mais que perceber as Cataratas do Iguaçu como um entrave a seu objetivo, Muricy faz uma descrição detalhada acerca do tamanho das quedas, da altura delas, da forma como caem, e da geologia do local. Após fazer essa descrição, ele encerra o parágrafo dizendo que “completa essa movimentação extraordinária, no meio de um barulho ensurdecedor” (1896, p. 35).

No parágrafo seguinte, ele continua a descrição das cataratas, notando pequenos detalhes das quedas, mas indo para um elemento das sensações que lhe causa ver as quedas, vendo elas e seu entorno como um elemento vivo, pulsante. “Completa essa movimentação, dissemos nós! Não, ainda falta a parte mais interessante, a parte *physiologica*” (1896, p. 35). O texto segue:

É impossível descrever-se o que um organismo nervoso, impressionável, experimenta no meio d'essa natureza excepcional. Esse complexo movimento externo, reflecte-se por todos os nossos sentidos postos em contínuo fogo, por tal modo no sistema nervoso, que impressiona-o profundamente.

Tudo vibra.

Na cabeça sente-se um peso enorme: não se raciocina direito, como se as idéas se tivessem transformado em uma massa informe d'onde é difícil arrancal-as. Nos ouvidos forma-se um zunido ensurdecedor, que junto à enorme variedade de movimentos que a vista apanha, entontece-nos fazendo andar a cabeça à roda.

Parece-nos que somos às vezes violentamente sacudidos, que nos elevamos sensivelmente do solo, ou que este fôge repentinamente de baixo dos nossos pés e que somos precipitados no abysmo.

Uma grande sede faz-nos ter vontade de beber, não da água que está perto de nós e que facilmente poderíamos apanhar, mas da que está rodomoinhando no profundo canal, transformando-se em fulvos vapores. E' uma força terrível que nos atrahe para aquelle meio, onde tudo se move desordenadamente (Muricy, 1896, p. 35-36).

Muricy, que como apontei no início desse subtítulo, também era médico, descreveu as quedas como possuidora de força vital, chamando o conjunto de quedas de dragão mais de uma vez em sua narrativa. O que ele entendia por parte fisiológica eram as sensações psicológicas e físicas experienciadas pelos sujeitos que vislumbravam as cataratas deveria ser expresso a seus futuros leitores ou mesmo para si. Muricy em sua narrativa exprime a sensação de que as Cataratas do Iguaçu são de tal maneira

surpreendentes em aparência e enormidade que o próprio ideal civilizatório se perde, sendo a natureza tão incrível e imponente que se perde a razão. O sujeito a contemplar as quedas não pode mais confiar em seus sentidos também, pois se perde em sua visão, vendo a “massa informe” que as quedas formam; perdem a audição dado o “barulho ensurcedor”; o tato não mais é certo, pois se sente que o corpo é “elevado” do chão, se flutua ao tempo em que se imprime a vontade de saltar em meio ao turbilhão. É uma descrição diferente do tom tecnicista da função da viagem e da maior parte do texto, tom esse que é retomado para descrever os nomes dos saltos e os limites entre Brasil e Argentina.

Se esse tom tecnicista que marca o texto de Muricy deixa escapar uma relação mais pessoal para com as Cataratas, ele logo volta para a descrição mais sóbria e militarizada, enfocando os objetivos da viagem. No entanto, se a função de proteção da fronteira e colonização do Oeste do Paraná eram as funções da colônia militar e das expedições militares/governamentais, é possível que já existisse um pensamento de potencial exploração dos saltos. Isso pode ser interpretado pela comparação que Muricy (1896, p. 35) faz das Cataratas do Iguaçu com as Cataratas do Niágara, ao afirmar que o “[g]rande número de saltos, dissemos nós, formão ellas, de espaço a espaço, grandes, e em nada, creio eu, inferiores ao Niágara”, tomando as Cataratas do Niágara como um exemplo de grandiosidade e beleza da qual as Cataratas do Iguaçu seriam no mínimo iguais. A estranheza é que a comparação poderia ser feita com outros saltos famosos em solo brasileiro, como Paulo Afonso na Bahia, Estado de nascimento do militar, que preferiu utilizar um elemento estrangeiro.

A relação utilizada por Muricy para fazer sua comparação entre as quedas pode estar relacionada a questão da fronteira, pois as Cataratas do Niágara estão localizadas na fronteira entre os Estados Unidos e Canadá, assim como as Cataratas do Iguaçu estão na tríplice fronteira. No entanto, há uma outra provável razão para essa comparação para além da questão fronteiriça pois no contexto do final do século XIX as Cataratas do Niágara possuíam uma peculiaridade que não estava presente na cachoeira de Paulo Afonso: um complexo turístico estabelecido.

William Irwin em seu livro *The new Niagara: tourism, technology and the landscape of Niagara Falls, 1776-1917* discorre acerca dos princípios que guiaram a colonização e transformação das Cataratas do Niágara em polo turístico. Irwin (1996, p.

4)⁷ apresenta que no começo do século XIX era difícil o acesso às quedas devido à vegetação e ao deslocamento, apontando que “até os visitantes mais aventureiros questionavam a recompensa [de chegar até as quedas], e muitos nunca arriscaram chegar aos pontos com melhor vista”.

Enquanto no lado canadense o governo britânico mantinha a área como “reserva militar da coroa em 1780” (Irwin, 1996, p. 5)⁸, no lado estadunidense, o Estado de Nova Iorque adquiriu as terras à margem das quedas para proporcionar o acesso de visitantes. O tratamento dado à região pelo governo do Estado se assemelha em certa medida ao do Paraná, que adquiriu também as terras no entorno das Cataratas. Mas a maior semelhança estava nas características regionais.

Irwin (1996, p. 5)⁹ apresenta que “com algumas poucas exceções, somente indígenas habitavam a região Oeste do Estado de Nova Iorque antes da metade de década de 1790”. Dessa forma, tanto o Oeste paranaense, com as Cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas na região de Guaíra, quanto as Cataratas do Niágara se encontravam em uma região habitada por povos indígenas em sua maioria, coberta por vegetação natural, de difícil acesso e sem um processo de colonização desenvolvido, além de se encontrarem em áreas de fronteiras com outros países, logo existe a questão de defesa da fronteira acrescida.

A instalação de infraestrutura, em especial a estatal, e de ocidentais na região representava, na visão do projeto brasileiro, um processo civilizatório que antecede o do que seria conhecido como “marcha para o Oeste” (que discuto no próximo subtítulo). No caso dos Estados Unidos, se pensou nele embalado pelo turismo décadas antes do projeto brasileiro ser iniciado. Em ambos os casos, os primeiros visitantes das quedas são aventureiros, e especificamente no caso dos Estados Unidos, capazes de desembolsar trinta dólares¹⁰ em 1796 para ver as cataratas (Irwin, 1996). Um turismo inicialmente pensado para os grupos dominantes, pois esse valor desconsiderava os gastos com a viagem. Na década de 1840, foi instalada uma linha férrea para as quedas,

⁷ “even the most adventurous travelers questioned the rewards, and many never risked trying to reach the best viewing spots”

⁸ “Crown military reserve in 1780”

⁹ “with a few exceptions, only Indians inhabited western New York State before the mid-1790s”

¹⁰ Utilizando o *US Inflation Calculator*, é possível ter uma noção de quanto esses trinta dólares representariam nos dias atuais, porém ele não faz cálculos anteriores a 1913. Utilizando a inflação de 1913 até 2024 como base, o valor da entrada teria sido reajustado para U\$ 950,57.

fazendo com que o trajeto, saindo da cidade de Nova Iorque até as Cataratas do Niágara, levasse apenas quarenta e oito horas (Iwin, 1996). Com a situação de relativo isolamento da Colônia Iguassú para Guarapuava, a maior cidade no 3º planalto paranaense, o trajeto levava dias e não havia infraestrutura para recepção de um turismo incipiente. Os planos de Muricy (1896, p. 41) parecem ficar mais claros ao ressaltar que “[m]uitos viajantes estrangeiros, têm ido ver esses saltos, mas pelo lado argentino”, diferente do lado brasileiro. Do lado argentino era possível chegar a região subindo o rio da Prata/Paraná. Muricy (1896, p. 45) ressalta também a sensação de que “[t]ínhamos um grande sentimento de sermos tão poucos a admirar obra tão bella da natureza”, com referência à necessidade de proporcionar acesso para outras pessoas. Dessa forma, já tendo uma fama construída de projeto colonizador e civilizatório, além de utilizar a potencialidade natural para a exploração do turismo, torna as Cataratas do Niágara o futuro desejável para as Cataratas do Iguaçu na visão de Muricy.

Após essa leitura e discussão do diário de Muricy no contexto de colonização do Oeste paranaense, da qual ele faz parte, no próximo subtítulo discuto o livro de Silveira Netto e as formas como seu texto representa a região e como ele se relaciona com esse projeto colonial.

O poeta

Após o relato de Muricy produzido no século XIX, Manuel de Azevedo da Silveira Netto trouxe uma nova perspectiva acerca do Oeste paranaense e de suas representações no princípio do século XX. Poeta e funcionário da Fazenda Federal residente em Curitiba, Silveira Netto foi à foz do rio Iguaçu em 1905 acompanhando uma comitiva governamental para a instalação da “Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda” (Silveira Netto, 1995, p. 19). Estava junto de outro funcionário da Fazenda Federal, Benedito Nicolau, que se transferia de Paranaguá para a colônia militar no Oeste do Estado. Nicolau, além de funcionário da Fazenda, era compositor e regente, sendo parte integrante da elite intelectual curitibana. É provável que destes dois ambientes tenha surgido a amizade entre ele e Silveira Netto.

Retornando do Oeste do Paraná Silveira Netto organizou um material sobre a sua viagem e perspectivas de colonização e exploração que apresentou no ano de 1910 no Salão da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro. O tema de sua

comunicação enfatizava as quedas localizadas no extremo-Oeste, tanto no rio Iguaçu quanto no rio Paraná. Segundo ele, “granjeava aplausos, fizera o auditório vibrar na percepção de alguma coisa nova (Silveira Netto, 1995, p. 7). Para deleite de Silveira Netto (1995, p. 7),

[n]ovidade havia realmente para quase o total daquela assistência: era a revelação das maravilhas do Iguaçu e das Sete Quedas, cachoeiras imponentes, as maiores do mundo e nossas, e dentro do Brasil que só tem ouvido falar mais comumente na de Paulo Afonso.

Os espectadores de sua comunicação ouviram falar naquele dia de dois grandes conjuntos de quedas incrivelmente distantes da capital federal e de difícil acesso. Silveira Netto se coloca como uma pessoa maravilhada pelas quedas, divulgando-as pelo país (repetiria a mesma comunicação em evento do governo estadual em Curitiba em 1912), ao mesmo tempo em que se posicionava de forma diferente de seus predecessores que relataram acerca das Cataratas do Iguaçu. Silveira Netto (1995, p. 8) se define como apenas um dos que “vieram contar maravilhados a beleza de que puderam ser expectadores naquela enorme distância, de áspera jornada, onde chamam em abandono as cachoeiras magníficas”.

Com o tom de seus relatos aparentando tanto como o de um turista relatando sua experiência de viagem quanto o de um agente de turismo buscando vender um pacote de férias, o poeta curitibano é possivelmente o primeiro relato a apresentar as quedas do Oeste paranaense como algo a ser visitado, pois enquanto Muricy apontou a beleza das Cataratas do Iguaçu e o turismo do lado argentino, não sugeria um turismo de massa, até pelas condições do trajeto e situação da colônia militar no final do século XIX. Em seu entusiasmo pelos saltos do Oeste paranaense, Silveira Netto também divulga o ideal de civilização do governo do Estado no que se refere ao acesso à região. Uma amostra do alinhamento do posicionamento do governo do Paraná com a visão expressada por Silveira Netto é a de que tanto as conferências quanto o livro publicado em 1914 foram por “conta do governo paranaense” (Silveira Netto, 1995, p. 9).

Pelo foco da escrita de Silveira Netto, expresso inclusive no título do livro, há uma atenção não somente para as Cataratas do Iguaçu mas também para as Sete Quedas, no rio Paraná. Isso implica que o projeto de desenvolvimento para o Oeste pensado pelo poeta curitibano não era restrito a construção de melhores estradas até Foz do Iguaçu.

Se as Sete Quedas deviam ser vistas como um potencial local de turismo, era preciso um desenvolvimento de toda a região.

O governo do Paraná era formado por uma elite muito ligada ao militarismo. No momento de lançamento do livro de Silveira Netto, o governador do Paraná era Carlos Cavalcanti de Albuquerque, militar e filho de militares, tendo por padrinho o general José de Almeida Barreto, responsável por incursões no Oeste seguindo o rio Paraná no final do século XIX, no período das disputas com a Argentina. O livro foi revisto e ampliado em 1939, contendo novos dados, principalmente técnicos relacionados ao Estado do Paraná e seu desenvolvimento, em especial no que se refere à marcha para o Oeste. Na época do lançamento da segunda edição, o Paraná era governado pelo interventor federal Manuel Ribas, também de origem militar e relacionado ao Oeste e suas fronteiras, visto que seu avô, o brigadeiro Ribas, havia lutado na Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai).

Para fins de estrutura de seu texto na edição ampliada de 1939 Silveira Netto intercala relatos de suas duas viagens, apresentando descrições e elementos encontrados por ele em 1905 (e publicado em 1914) usualmente em comparação com a sua última experiência indo até o Oeste paranaense por vias terrestres, ou seja, mantendo trechos da edição de 1914 com a inserção de comentários feitos em 1939. Um exemplo desse estilo de escrita e das diferenças observadas nas duas viagens/edições do livro e que representam essa marcha para o Oeste pode ser visto no seguinte trecho de Silveira Netto (1995, p. 17) abaixo:

O pouso é feito em abarracamentos, à orla dos caminhos com fogueiras à noite e armas de prontidão, embora com frequência senhoras e crianças, de famílias militares e funcionários da Fazenda Federal, hajam varado a selva selvaggia. Sem mais incidentes, dando assim a prova da fortaleza e dedicação da mulher brasileira.

Atualmente essas dificuldades de caminho estão removidas pela boa rodovia que liga as 67 léguas de distância entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.

É perceptível que o excerto selecionado apresenta duas ideias complementares, sendo o segundo parágrafo um comentário ao primeiro, escrito em outro momento (ressaltado pelo uso do presente nas duas afirmações, ainda que uma delas se refira a uma descrição de algo visto anos antes). Assim, o caminho descrito em 1914 apresenta como uma necessidade a proteção com fogo e armas, exaltando a força dos que ali se

aventuram e ressaltando que são todos ligados a cargos públicos ou ao exército. No segundo parágrafo, a descrição de 1939 aponta que nesses vinte e cinco anos que separam um relato de outro a estrada que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu estava concluída, sendo esta a chamada Estrada Velha de Guarapuava.

Em sua viagem de 1905, Silveira Netto conta que a ida da jornada se deu por barco, subindo o rio da Prata, uma vez que, apesar da distância ser muito maior, seria uma alternativa para “evitar o trabalho e lenta viagem terrestre”, apontando também que se fazia isso para chegar a regiões “ferozes como as de Mato Grosso e as de Foz do Iguaçu, com fronteiras do maior interesse estratégico” (Silveira Netto, 1995, p. 20). O caminho de volta se deu via terrestre, ainda que o acesso à colônia militar fosse difícil, cruzando a mata Atlântica pelo trecho de quase quatrocentos quilômetros ocupado por povos Guarani e extratores de erva mate espaçados pelo terceiro planalto paranaense que ocupa metade do território do Paraná. E ainda que as distâncias entre Guarapuava e Foz do Iguaçu marcassem a penosa viagem, o centro dos discursos de Silveira Netto era o de colonização do Oeste, em especial a região das quedas nas fronteiras com os vizinhos Paraguai e Argentina, que traria consigo a marcha e assim protegeria o território nacional.

A segunda viagem de Silveira Netto ocorre já durante a intensificação do projeto da marcha para o Oeste. Penso ser importante para a compreensão do contexto e da escrita de Silveira Netto uma discussão mais aprofundada desse movimento colonizador do Oeste do Paraná e sua abrangência nos âmbitos vários âmbitos do poder público, complementando a já citada relação das elites paranaenses com o militarismo e sua visão conservadora de desenvolvimentismo.

Cassiano Ricardo aponta em *Marcha para Oeste* (1970), a trajetória das bandeiras como um movimento sócio cultural em busca de uma vida melhor. Ao fazer tal afirmação, Ricardo (1970) equipara bandeirantes paulistas, retirantes da seca no Nordeste rumo a São Paulo e a rodovia Transamazônica com um movimento que se perpetua enquanto ideal, sendo todos caracterizados enquanto bandeiras e ao mesmo tempo, marchas rumo a Oeste, tal qual o projeto executado no Oeste do Paraná. Como um escritor ligado a um movimento nacionalista conservador, Ricardo exalta essa marcha desenvolvimentista sem questionar os meios ou as formas violentas pelas quais essas marchas para o Oeste foram executadas, ao mesmo tempo em que as relacionam

com outros dois movimentos de invasão e tomada de territórios indígenas como as migrações oriundas do projeto da Transamazônica (como obra estatal) e as bandeiras (ações particulares escravagistas).

Ricardo faz referência ao trabalho do geógrafo alemão Leo H. Waibel feito acerca do Brasil na década de 1940, no qual “distingue no Brasil atual cinco zonas pioneiras: 1) a região Xapéco-Pato Branco no Nordeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná; 2) O Norte do Paraná; 3) o Oeste de S. Paulo; 4) o “mato grosso” de Goiás; 5) a região do Norte do Rio Doce, no Espírito Santo e Minas Gerais” (Ricardo: 1970, p. 625-626). Waibel foi um dos grandes nomes da geografia enquanto disciplina no Brasil, tendo realizado trabalhos para órgãos como o IBGE, e seu foco estava principalmente na geografia agrícola, pensando nas alterações espaciais e a intervenção humana na paisagem para o desenvolvimento da agricultura das novas regiões da agricultáveis e de colônias de migrantes europeus. Dessa forma, as áreas por ele apontadas são as de regiões recém-abertas enquanto fronteiras agrícolas, alinhadas com a marcha para Oeste. Ricardo (1970, p. 625) enquadraria assim o Paraná como um “rumo das bandeiras modernas”, tal qual o Mato Grosso. Esse processo de colonização inferia no uso da violência para com os povos que ocupavam a região, principalmente os povos indígenas, além de uma estrutura conjunta que pudesse ser mobilizada pelos entes federais e estaduais, daí a centralização do exército nessa empreitada.

Um exemplo desse processo de construção desenvolvimentista de assentamentos brasileiros colonizando áreas de floresta e regiões pertencentes a grupos indígenas pode ser visto no relato dos irmãos Villas Bôas. Em seu livro “Marcha para o Oeste” de 1994 Orlando e Claudio Villas Bôas contam o relato de sua jornada pelo interior do território brasileiro durante o governo de Getúlio Vargas, tempo semelhante aos estudos de Waibel. Para os irmãos os planos de caminhar para Oeste eram antigos, mas “para que a interiorização se tornasse realidade, era preciso que o movimento fosse liderado pelo próprio governo, e foi o que aconteceu, tendo como ponto de partida a Marcha para o Oeste” (Villas Bôas e Villas Bôas, 1994, p.23). Mesmo participando dessas expedições, e entendendo que o governo federal deveria ser o responsável por tais ações, sua visão de desenvolvimento tem um caráter menos destrutivo do que o de Ricardo – que não demonstra problemas com esses movimentos – e entendem a necessidade de

preservação de alguns territórios para a manutenção do estilo de vida dos povos originários.

Em 1943 era criada a Expedição Roncador-Xingu, que segundo os irmãos Villas Bôas, tinha papel fundamental para a “fundação do Brasil Central, com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pelo próprio Estado” (Villas Bôas e Villas Bôas, 1994, p.24). Se para a colonização regional se estabeleceu o uso do exército como parte dos projetos estaduais e federais, este foi utilizado como ponto de tutela regional das áreas já colonizadas. Na Foz do Iguaçu, município criado à partir da vila militar da tríplice fronteira, o controle político era dos militares, “ficando a cargo do primeiro grupo de migrantes para a cidade, sendo composto pelos militares do Batalhão de Fronteira, principalmente na figura da Família Schimmelpfeng” (Aranha, 2013, p.53) sendo o Coronel Jorge Schimmelpfeng o primeiro prefeito em 1914, no que foi seguido por outros militares de alta e média patentes no cargo, sendo que até “a década de 1950 a Câmara de Vereadores era composta majoritariamente por pessoas que se alinhavam politicamente com os representantes dos militares” (Aranha, 2013, p.53).

O projeto de marcha para o Oeste havia se intensificado no governo de Getúlio Vargas, e os sertões do Paraná e Mato Grosso eram importantes pela sua fronteira com Argentina, Paraguai e Bolívia e entendia-se que mereciam atenção especial em decorrência da pouca colonização ocidental nesses espaços. Silveira Netto aponta ainda, na segunda edição, que em breve o trem faria a ligação de Guarapuava a Foz do Iguaçu (plano nunca executado, mas eventualmente sugerido nas eleições estaduais) e no mesmo período se dá o início da BR-277. Hoje ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu, a BR-277 começou a ser planejada e construída em 1941, visando tanto a melhoria do trecho que ligava Ponta Grossa à Guarapuava quanto ao trecho Guarapuava-Foz do Iguaçu. O planejamento das obras ficou a cargo do exército, mais especificamente do 1º Batalhão Rodoviário de Curitiba¹¹.

Partindo do que apresentei até o momento, é perceptível um interesse dos governos Federal e Estadual de colonizar o “sertão paranaense”, mas também um interesse e papel fundamental das forças armadas na região, responsável pela colônia militar desde 1889, mas que ainda estava criando a ligação desta para com Curitiba em

¹¹ A rodovia foi concluída em 1969.

1941. A discussão do papel do exército na região se confunde com a do governo estadual, com a linha entre os dois sendo tênue, como é possível ver na origem dos governantes.

Após essa longa contextualização, fica mais claro como inserido nesse movimento desenvolvimentista e sendo um de seus arautos tanto quanto da marcha para o Oeste, Silveira Netto se posta com relação à natureza como elemento a ser combatido para facilitar vida e o acesso à região. No entanto, ele descreve as maravilhas naturais e as enaltece, como no caso das Cataratas do Iguaçu e das Sete Quedas, mas também ao descrever a fauna e a flora do Oeste pela bacia do Paraná como “nuanças de uma nova estesia, caprichos naturais, elevando o nosso espírito em elances de inspiração bem mais original que a da super-civilização das nossas avenidas” (Silveira Netto, 1995, p. 21). Assim, a natureza que deve ser combatida para que haja o desenvolvimento é diferente da natureza a ser preservada e apreciada.

Neste ponto, novamente existe uma confluência de pensamento entre as cataratas do rio Iguaçu e as do rio Niágara: mesmo exaltando as melhorias civilizatórias que o projeto em andamento realizava na região Oeste e de acesso a ela, o poeta fica dividido entre exaltar a natureza das matas e rios ou defender o desenvolvimento desenfreado, utilizando-se da natureza para tal. Da mesma forma, ocorreu com as Cataratas do Niágara. Irwin (1996, p. 20)¹² apresenta que tal conflito se deu também nas quedas da América do Norte, apontando que “nenhuma característica da paisagem do Niágara manifestava essa ambivalência em relação à natureza e o desejo civilizatório mais fortemente do que o primeiro resort ou hotel”.

Silveira Netto conseguiu conciliar seu pensamento tal qual seu alinhamento com as políticas da época, em que o desenvolvimento era necessário, ainda que o maravilhoso devesse ser protegido. É com esse mesmo pensamento de sua época e visões da marcha para o Oeste que um de seus incentivadores, Getúlio Vargas, no mesmo ano de lançamento da edição expandida de *Do Guaíra aos Saltos do Iguaçu* cria o Parque Nacional do Iguaçu. Tal como Silveira Netto, Vargas via as Cataratas e a natureza em seu entorno como potencial turístico e potencial símbolo nacional (Trevisan, 2020), protegendo as Cataratas do Iguaçu e uma grande área de floresta com

¹² “no feature of the Niagara landscape manifested this ambivalence toward nature and the craving for civilization more vividly than the early resort or hotel”.

as suas belezas naturais, ao mesmo tempo em que grandes porções do território do Oeste do Paraná eram fatiadas entre empresas colonizadoras para o desmatamento e agricultura.

Considerações finais

Os textos selecionados e discutidos são todos produzidos em contextos de processos de colonização, desde Cabeza de Vaca como parte do processo colonial espanhol do século XVI até Silveira Netto e o processo de colonização dos “sertões” do Brasil dentro de um viés nacionalista e de confirmação do território brasileiro/paranaense. As narrativas analisadas apresentam diferentes formas de ver a região Oeste do Paraná, com especial aos saltos da região e potencialidades coloniais, variam de autor para autor. Enquanto Cabeza de Vaca ignora as Cataratas do Iguaçu como uma beleza geográfica em um momento em que o turismo enquanto atividade ainda não havia sido concebido, Muricy e Silveira Netto apontam a beleza e magnitude dessas quedas e as potencialidades turísticas envolvidas.

No entanto, Cabeza de Vaca e Muricy voltam seu olhar para as populações regionais, as culturas locais, assim como a flora e a fauna locais, um viés possível de se entender como potencial de exploração/colonização/”civilização”. Silveira Netto ressalta o caráter civilizatório da empreitada a ser realizada, e se enfatizam as quedas como um ponto a ser explorado, mas a natureza reconhecida por Cabeza de Vaca e Muricy é vista somente como um entrave para esse processo. Não há, no seu texto, uma possibilidade de redenção nem mesmo a sugestão de se explorar as florestas, sendo sua única possibilidade a sua derrubada.

O trabalho aponta para a transformação e a manutenção de discursos e visões acerca dos processos a serem empregados na região Oeste do Paraná e na forma destes viajantes de se relacionarem e pensarem sobre os saltos da região e a progressão do pensamento da exploração das quedas e seu uso para visibilidade do processo de colonização da região em paralelo ao desinteresse com relação aos sujeitos e elementos naturais para além das quedas.

No que se refere a um olhar para a região como potencial de colonização, Cabeza de Vaca faz, em sua leitura antropológica da região e dos povos que ali habitavam um esboço de detalhamento para uma possível colonização futura do

território, pensando em termos físicos e de suas populações. Em Muricy vemos um olhar de colonização regional com o viés de proteção das fronteiras, em especial com a Argentina dado as disputas territoriais em andamento no final do século XIX, que visava criar estruturas coloniais permanentes, na figura do exército e de outros órgãos federais, refletindo sobre um potencial futuro das quedas. Já Silveira Netto escreve em um período em que as disputas fronteiriças com a Argentina estão resolvidas, sendo de seu interesse uma colonização maciça do Oeste, pois com ela viriam facilidades de chegada e instalação de meios de se explorar e apreciar as Cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas de Guaíra, o que expandiria o recorte de Muricy sobre a centralidade única de Foz do Iguaçu. Cada qual em seu momento escreveu seus relatos de viagens com projeções e pensamentos próprios de seus contextos dentro de interesses estatais, seja da coroa espanhola ou dos governos brasileiros.

Referências

ARANHA, Renato Muchiuti. *De conjuntos habitacionais a bairros: a construção e o desmonte das vilas de Itaipu (1974-2012)*. Florianópolis. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina.

BLANTON, Casey. *Travel writing: The Self and the World*. Brighton: Psychology Press, 2002.

CABEZA DE VACA, Álvar Nuñes. *Naufrágios & comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

DE MARCO, Barbara. Juan de Oñate is Named Adelantado of New Mexico with Associated Documents February 7, 1602 - February 23, 1604. *Archivo General de Indias*, Indiference General 416, libro 5, 2015.

IRWING, William. *The new Niagara: Tourism, Technology, and the Landscape of Niagara Falls, 1776-1917*. Filadélfia: Pennsylvania University Press, 1996.

MURICY, José Cândido. *A' Foz do Iguassú*: ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colônia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. Curitiba: Impressora Paranaense, 1896.

MYSKIW, Antonio Marcos. Memórias e paisagens do Oeste do Paraná (1892). *Cantareira*, n. 4, 2003. p. 1-12.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*: a influência da “Bandeira” na formação social, política do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SILVEIRA NETTO, Manuel de Azevedo. *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SOUZA, Aparecida Darc de. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

TREVISAN, Fernanda Lodi. A visitação turística do Parque Nacional do Iguaçu. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 40, 2020. p. 1-24.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Claudio. *A marcha para o Oeste*. São Paulo: Globo, 1994.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987.

Recebido em: 31/01/2025

Aceito em: 28/05/2025